

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

**RECURSO :**

PREZADOS BOM DIA !  
VENHO AQUI SOLICITAR EDUCADAMENTE A ESTA COMISSÃO DE LICITAÇÃO QUE REVEJA OS ITENS OFERTADOS PELAS EMPRESAS VENCEDORAS, POIS AS MESMAS NÃO SEGUE O TERMO DE REFERÊNCIA E NEM A SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO ANEXADA NO EDITAL, AMBOS INFORMAM QUE A OS CARTUCHOS NÃO PODRIAM SER RECAREGADOS, REMANUFATURADOS OU COMPATIVELIS, APENAS ORIGINAL DO EQUIPAMENTO, SITO COMO EXEMPLO O ITEM 1, QUE TEM COMO ESTIMATIVA DE PREÇO R\$ 228,69 E O VALOR OFERTADO SAIU A 10% DA ESTIMATIVA, UM VALOR INEXEQUIVEL , SENDO ASSIM ACEITO, BASEADO NA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO CARACTERIZA-SE UMA IMPROBABILIDADE ADMINISTRATIVA. CASO ESTA COMISSÃO OPITE POR ALGUMA EMPRESA SUBSEQUENTE E QUE TENHA NA PROPOSTA OFERTANDO CARTUCHO ORIGINAL DO EQUIPAMENTO, SOLICITO QUE CONSTE EM ATA QUE A MESMA SE MANIFESTE COM AO MENOS 2 DIAS DE ANTECIDENCIA A DATA DA ENTREGA DA MERCADORIA, PARA QUE O SETOR RESPONSÁVEL NOS INFORME , E QUE ASSIM POSSAMOS ACOMPANHAR A ENTREGA E VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA MERCADORIA .

DESDE JÁ AGRADECEMOS !

**Voltar**

**Fechar**



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## RECURSO ADMINISTRATIVO

Requerente: **FERNANDO BARBOSA BRANDAO**

Referente ao Processo nº 12.485/2023

Pregão Eletrônico nº 002/2023

Trata-se de **RECURSO contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2023**, interposto pela empresa **FERNANDO BARBOSA BRANDAO** inscrita no CNPJ sob o nº. 28.420.276/0001-48, com sede na Rua Julio Horta Barbosa, nº 169, Casa, Mutua, São Gonçalo - RJ, CEP 24.460-180, neste ato representada por seu representante legal **FERNANDO BARBOSA BRANDAO**, sócio administrador, portador do CPF nº 031.351.777-00, vem apresentar o Recurso Administrativo.

### I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*I (...)*

*XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 26/10/2023, conforme extrato publicado no Diário Oficial do Município, no dia 10/10/2023, encerrando-se na mesma data. Assim, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entreposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

## III. DA ANÁLISE

Trata-se o processo administrativo nº 12.485/2023 de pregão eletrônico para registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de suprimentos de informática (toners) para impressoras para atender as necessidades das unidades escolares, creches e da sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia do Município de Saquarema/RJ

## I - DA ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE

**A Recorrente alega em fase de recurso que:**

*“Venho aqui solicitar educadamente a esta comissão de licitação que reveja os itens ofertados pelas empresas vencedoras, pois as mesmas não segue o termo de referência e nem a solicitação de esclarecimento anexada no edital, ambos informam que a os cartuchos não poderiam ser recarregados, remanufaturados ou compatíveis, apenas original do equipamento, cito como exemplo o item 1, que tem como estimativa de preço R\$ 228,69 e o valor ofertado saiu a 10% da estimativa, um valor inexecuível, sendo assim aceito, baseado na solicitação de esclarecimento caracteriza-se uma improbidade administrativa. Caso esta comissão opte por alguma empresa subsequente e que tenha na proposta ofertando cartucho original do equipamento, solicito que conste em ata que a mesma se manifeste com ao menos 2 dias de antecedência a data da entrega da mercadoria, para que o setor responsável nos informe, e que assim possamos acompanhar a entrega e verificar a autenticidade da mercadoria.”*

**Resposta ao Recorrente:**

Inicialmente cabe registrar que compete a Administração Pública por meio do pregoeiro, ao julgar as propostas do Pregão analisar os preços tendo como parâmetro o valor estimado da





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

licitação. Ressalta-se que a proposta vencedora deverá atender às exigências do edital e ofertar o menor preço para que seja consagrada vencedora do certame.

A Lei Federal 8.666/93, em seu art. 48, inciso II, § 1º, prevê a desclassificação de proposta contendo preços inexequíveis, assim considerados aqueles que “não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente” (MENDES, RENATO GERALDO)

Destina-se tal previsão a:

I - minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta de preços muito baixos, pode esta assumindo obrigação que não pode cumprir; e

II - tutelar valor juridicamente relevante, qual seja, o de que as atividades econômicas sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país.

O Tribunal de Contas da União dispõe que: “A desclassificação por inexequibilidade não se dará de forma sumária, em todos os casos será oportunizado ao licitante à comprovação da exequibilidade de preço ofertado, considerando aquele praticado no mercado”. (TCU - PLENÁRIO - ACÓRDÃO 1695/2019).

De acordo com o Supremo Tribunal de Justiça o entendimento é no sentido de que a interpretação do dispositivo não seja rígida, literal e absoluta. A presunção de inexequibilidade, também para a jurisprudência, deve ser relativa, oportunizando ao licitante à demonstração da exequibilidade da proposta:

(...)

No mesmo sentido verifica-se o entendimento do TCU - “O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas ‘a’ e ‘b’, da Lei nº 8.666/93 conduz uma presunção relativa inexigibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. (Acórdão 587/2012 - Plenário, Rel. Min. Ana Arraes)”

Resumindo, no entendimento do TCU a exclusão do certame de proposta passível de demonstração de exequibilidade constitui falta grave, visto que os fatores externos que oneram a produção incidem de maneira diferente sobre cada empresa, a depender da situação empresarial, facilidades ou dificuldades que permeiam nas negociações.

Em conclusão, decide este Pregoeiro com base nos fundamentos acima apresentados que será acolhido o referido pedido, ou seja, decide a Comissão Especial de Pregão Eletrônico que será concedido ao licitante declarado vencedor a oportunidade de comprovação da exequibilidade da proposta, que deverá ser demonstrada via sistema, para apreciação dos demais concorrentes e possíveis argumentações, garantindo o contraditório e ampla defesa.



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## II – DA SOLICITAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

### Resposta ao Recorrente:

Cabe registrar que o acompanhamento de contrato é um processo realizado pela Administração Pública visando monitorar e fiscalizar a execução de um contrato firmado com terceiros.

Esse acompanhamento tem como objetivo garantir que as cláusulas contratuais sejam cumpridas de acordo com o que foi acordado entre as partes, assegurando a transparência, eficiência e eficácia na utilização dos recursos públicos.

A fiscalização contratual é prevista no Art. 67 e seguintes da Lei 8.666/93, sendo de responsabilidade da pasta requisitante dos autos os procedimentos de sua execução, bem como nomeação de representante para praticar tais atos.

Ao seguir com esse processo, a administração pública garante que os serviços ou obras contratadas sejam realizados dentro dos prazos estabelecidos, no padrão de qualidade exigido e de acordo com as normas estabelecidas. Além disso, esse acompanhamento também compreende a verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias por parte do contratado.

Para que o acompanhamento de contrato ocorra de forma efetiva, a administração deve designar servidores responsáveis por essa atividade, que podem ser chamados de fiscais de contrato. Esses fiscais têm a responsabilidade de verificar in loco a execução do contrato, emitir relatórios de acompanhamento e adotar medidas corretivas caso haja algum descumprimento contratual.

Além disso, esses fiscais devem manter um diálogo constante com o contratado, esclarecendo dúvidas, solicitando documentações e propondo ajustes necessários para garantir a adequada execução do contrato, visto que proporciona maior controle sobre a execução dos contratos, evitando desperdício de recursos, atrasos e possíveis desvios.

Por fim, é fundamental ressaltar que a legislação brasileira prevê a realização de fiscalização e acompanhamento de contratos pela administração pública, buscando garantir a transparência e a legalidade dos processos de contratação realizados, porém não se trata de momento oportuno para tal solicitação, considerando que deve o interessado acompanhar a publicidade dos atos realizados após a licitação e, caso julgue necessário proceder com pedido de acompanhamento direcionado à secretaria requisitante dos autos, neste momento, tal pedido não merece prosperar.





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito acolho em parte o recurso apresentado.

Para fins de contraditório e ampla defesa dê-se deferimento à solicitação de comprovação de exequibilidade de proposta pela licitante vencedora *M F C DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA*, aprazando nova abertura de sessão pública com fim de saneamento dos questionamentos dos valores apresentados, devendo proceder com a comprovação da exequibilidade de sua proposta, por meio de documentação juntada ao certame.

Aprazo a reabertura de sessão deste pregão para o dia 21/11/2023 (vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três) às 10:00 (dez) horas.

Dê ciência da decisão à licitante vencedora e demais concorrentes e interessados da licitação.

Saquarema, 13 de novembro de 2023.

  
GUILHERME CASTRO  
Pregoeiro